



Os últimos momentos do colonialismo em Angola: partir ou ficar?*

The last moments of colonialism in Angola: leaving or staying?

*Marilda dos Santos Monteiro das Flores***

Resumo: Esse artigo apresenta a problemática da saída de grandes contingentes de colonos, os que foram chamados de *retornados*, de Angola, no contexto da conquista da independência, para os mais diferentes destinos, com destaque para Portugal entre os anos de 1974 e 1975. Observa, ainda, os momentos seguintes à Revolução dos Cravos, o 25 de Abril, e os elementos que foram essenciais para o desfecho da Guerra Colonial e para definição dos rumos sociais e políticos para os colonos que residiam nos territórios ocupados no continente africano. Para tanto analisaremos algumas manchetes e artigos do Diário de Lisboa e parte da literatura sobre o retorno.

Palavras-chave: retornados de Angola; movimentos de libertação; Diário de Lisboa

Abstract: This article presents the problem of the departure of large contingents of settlers, who were called returnees, from Angola, in the context of the conquest of independence, to the most different destinations, especially Portugal between 1974 and 1975. the moments following the Carnation Revolution, April 25, and the elements that were essential for the result of the Colonial War and for defining the social and political directions for the settlers that resided in the occupied territories of the African continent. For this we will analyze some headlines and articles from the Diário de Lisboa and part of the literature about the return.

Keywords: returned from Angola; liberation movements; Diario de Lisboa

O 25 de Abril de 1974, movimento que mudou os rumos da política portuguesa, encerrando o período ditatorial que perdurava desde 1933, definiu de forma majoritária os rumos das chamadas Províncias Ultramarinas portuguesas, em especial Angola e Moçambique. Entre os objetivos do Movimento das Forças Armadas (MFA), grupo que liderou o movimento em Portugal,

* Esse artigo é parte do segundo capítulo da Tese de Doutorado: “Retornados, desalojados, deslocados: a construção da memória do regresso de Angola para Portugal”, apresentada ao PPGH da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO – sob orientação da professora Doutora, Andrea Marzano, em 15/07/2019.

** Doutora em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil(2019). Email: marildasmflores@gmail.com

estava o processo de emancipação dos territórios ocupados em solo africano, que amargavam guerras que foram dispendiosas para os cofres portugueses.¹ Nessas batalhas, além das pressões internas às colônias, pesavam a opinião internacional, que tornava difícil aos países europeus a manutenção de territórios coloniais.

Para os colonos, começa a ficar evidente a necessidade de uma decisão. Permanecer em Angola ou sair? Vale destacar que o governo português, mesmo após o 25 de abril, transmitiu uma ideia de continuidade, sugerindo, que a independência dos territórios ocupados deveria ser tutelada por Portugal. O general Spínola, presidente da Junta de Salvação Nacional após o 25 de abril e, presidente de Portugal entre maio e setembro de 1974, afirmou que a independência – do Ultramar – dependia da formação de elites que deveriam ter preparo cultural para administrar o novo país. À imprensa declarou que:

A independência imediata dependeria de uma vontade que não seria a vontade de um povo. Não nos esqueçamos que se aqui [Portugal] já há elites preparadas, no Ultramar não. Devemos acelerar o processo ultramarino que permita ao povo autodeterminar-se, mas autodeterminar-se sob a bandeira portuguesa. Esse é o nosso objetivo e se o conseguirmos será o reconhecimento da nossa capacidade política e da segurança dos nossos destinos. Conhecemos os inconvenientes de uma independência prematura e queremos ser dignos dos nossos mortos.”²

Ao assegurar que a independência não dependeria apenas da vontade de um povo, o general deixou claro para os seus pares que no Ultramar ainda não havia pessoas preparadas para assumir o controle do país. Defendia a ideia de uma autodeterminação sob a bandeira portuguesa, ou seja, tutelada pela antiga metrópole, ressaltando que a independência imediata seria um ato prematuro.³

Esse tipo de declaração ou difusão de ideia contribuiu para que muitos colonos optassem pela permanência nas colônias, mesmo durante o suposto processo (tutelado) de independência, reascendendo a ideia de uma “autonomia progressiva” difundida no governo de Marcelo Caetano.

Em tal contexto, alguns grupos nacionalistas, que representavam os colonos defendiam o ideal da independência e a manutenção dos privilégios oriundos da época colonial. Essa postura acabou entrando em choque com os ideais propostos pelos movimentos de libertação. Como exemplos pode ser destacado a ação do PDCA (Partido Democrata Cristão de Angola) e da UNA (União Nacional de Angola), partidos criados a partir da orientação do general Spínola e que eram parte do projeto federalista para o Ultramar. Era preciso que, para a manutenção das regalias, o poder estivesse nas mãos de uma burguesia racialmente mista, composta de colonos e assimilados

¹ 1961 em Angola; 1963 na Guiné; 1964 em Moçambique.

² *Novos Rumos para a vida portuguesa: Spínola frente à Imprensa e aos políticos. A responsabilidade da Imprensa, in Diário de Lisboa*, nº 18442, Ano 54, 28/4/1974, pág. 2, CasaComum.org, Disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_4893, acesso em 13/02/2018

³ Ver mais sobre a questão da autodeterminação dos territórios africanos ocupados por Portugal e o embate com a ONU em MELLO, Arnon de, *Portugal e as Colônias da África*, Biblioteca do Senado Federal, Brasília, p. 8-24 – Discurso pronunciado em 29/04/1974. Disponível em: <https://docplayer.com.br/7432948-Portugal-e-as-colonias-da-africa.html> - acesso em julho/2018

e com a garantia da manutenção da mão de obra barata para atender as necessidades das empresas instaladas em Angola (ou Moçambique).

Os proponentes desse tipo de descolonização em 1974 preparavam exércitos secretos. Um deles era designado, em uma cópia brasileira, por 'esquadrão da morte'. Entretanto, além deste havia outras organizações similares atuando na clandestinidade. Eram especializados em distribuir 'panfletos... a brancos,' incitando-os a 'atirar ao negro,' não perdendo balas. As siglas que abaixo-assinavam eram o ENSINA (Exército Secreto de Intervenção Nacional de Angola) e a FRA (Frente de Resistência Angolana). Na verdade, seria imprudente considerar estas duas organizações, ou outras existentes, como grupos separados: eram apenas cabeças de uma mesma hidra reacionária.⁴

Apesar das tentativas, por parte de um segmento da população de colonos em Angola, estava cada vez mais difícil manter o status de comando, a que estavam acostumados, em um ambiente em que os movimentos de libertação se impunham e disputavam todos os espaços de representação de poder.

Fernando Dacosta, em artigo publicado no *Diário de Lisboa*, apresentou o ambiente social em Angola destacando as orientações de um representante da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) ao aconselhar à população local a não participarem de nenhuma manifestação pública. Continuou o seu artigo destacando que o dia a dia em Luanda continuava "sem acidentes, com brancos a fazerem as malas e negros a fugirem para o sul. A cidade, agora morre à noite. Apenas brancos passam nas ruas e (des) animam os bares e cinemas. Os "taxeiros" (como são chamados os motoristas de taxis) recusam-se a transportar pretos e a *deslocar-se-se* às zonas inseguras."⁵

O clima de insegurança, o adensamento dos conflitos, o crescente afastamento das tropas portuguesas, o que aumentava a sensação de abandono, foram vetores que impeliram os colonos a um posicionamento mais direto sobre a permanência ou não em Angola. Continuar em território angolano envolvia estar ciente das transformações sociais, políticas e econômicas. Por isso, a saída, não se apresentava como uma decisão tão simples, especialmente para quem fez de Angola o seu *porto seguro*. Outro detalhe é que não havia equilíbrio entre o tempo restante de permanência em Angola e o quantitativo de colonos que começavam a optar pela saída. Portanto, era preciso organizar uma maneira eficiente e segura para sair de Angola e buscar os mais diferentes destinos.

Entre aqueles que optaram pela saída, muitos optaram por seguir para a África do Sul, aparentemente aguardando uma solução por parte do governo português ou uma mudança nos rumos da política angolana. Muitos dos que seguiam para outros países, da África, se deslocavam à espera de um momento propício para regressar, como muitos afirmam, ou de uma solução política favorável às suas questões. Nesse momento, a ideia de uma nacionalidade angolana não era cogitada pela maioria. A ligação oficial com Portugal era o que, de alguma forma, aparentava uma certa garantia para seguir ou transitar entre as mais diferentes regiões. Entretanto, a instabilidade

⁴ João Paulo Guerra, citado por MENESES, Maria Paula e GOMES, Catarina. Regressos? Os retornados na (des) colonização portuguesa. In: MENESES, Maria Paula e MARTINS, Bruno Sena, *As Guerras de Libertação e os Sonhos Coloniais: alianças secretas, mapas imaginados*, Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado – Universidade de Coimbra, Edições Almedina, 2013, p. 92 e 93.

⁵ DACOSTA, Fernando, *População de Luanda dominada pelo medo*, *Jornal Diário de Lisboa*, 31/07/1974, disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06819.169.26814> – acesso em 04/07/2018.

política e social local, atrelada às mudanças ocorridas na política portuguesa, foram elementos que contribuíram para reforçar a ideia de deixar Angola.

Em Luanda, grupos de colonos, em represália aos acontecimentos sociais começaram a realizar ações violentas, nos musseques, em represália ao avanço do dia da independência. O *Diário de Lisboa* informou que:

a tensão existente nas áreas suburbanas, os “musseques”, de Luanda continua a crescer e os incidentes violentos atingiram ontem proporções muito graves, tendo-se registrado, segundo testemunhas hospitalares, 16 mortos e dezenas de feridos. As zonas mais atingidas pela violência foram os bairros da Cuca e da Petrangol, onde se registrou forte tiroteio. [...] Os bombeiros das cinco corporações da capital angolana estão constantemente a ser chamados para apagar incêndios que, praticamente, são todos ocasionados por fogo posto.⁶

Além disso, o jornal noticiou o espancamento do jornalista Rodrigues Vaz, do jornal *O Comércio*, dois dias antes desses acontecimentos, numa manifestação de *ultrarreactionários*. Segundo o jornal, o jornalista vinha denunciando as ondas de violência contra a população residente nos musseques da cidade, e, tal espancamento partira de um grupo de colonos insatisfeitos com a divulgação de seus atos pela imprensa. A intensa perseguição à imprensa, através de ações contra alguns jornalistas que estavam sendo vítimas de ações semelhantes, foi outro fator que motivou o abandono da cidade.⁷

Em Moçambique e na Guiné-Bissau, os movimentos de independência se articularam em torno de partidos políticos dominantes: a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) e o PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde), respectivamente. Porém, em Angola, as negociações com a metrópole passavam pela disputa entre três movimentos.⁸

Uma solução encontrada por Portugal, que o deixaria em uma posição aparentemente mais estável diante da opinião pública internacional, foi chamar os três principais movimentos de libertação de Angola para estabelecer as bases do processo de emancipação. Em janeiro de 1975, o Acordo do Alvor⁹ estabeleceu a estrutura do processo de independência dividindo a autoridade do país entre os três principais movimentos de libertação, deixando de lado os colonos que, durante muito tempo, controlaram todas as esferas de poder na província. O governo não levou em consideração outros movimentos, formados em sua maioria por antigos colonos. A decisão do governo português deixou de fora os grupos que planejavam edificar em Angola um regime que manteria a elite local, os colonos, no poder.¹⁰

⁶ Diário de Lisboa, *Angola: dezasseis mortos e sessenta feridos*, 8/08/1974, CasaComum.org, p. 1 e 2, Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06819.169.26824#!1> – acesso em 19/05/18

⁷ Op.Cit. p.2

⁸ FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) e a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola)

⁹ O Acordo de Alvor, foi assinado em Alvor, região do Algarve, entre o governo de Portugal e os líderes dos três principais movimentos de libertação de Angola – MPLA, FNLA, UNITA. Pelo acordo Portugal reconheceria a independência de Angola e transferiria o poder para os três movimentos de libertação, reconhecidos como os representantes do povo angolano.

¹⁰ O governo português mantinha acordos com a África do Sul, Rodésia, Malawi e o Zaire de cooperação econômica e “pactos militares secretos de assistência mútua local.” Esses acordos eram importantes para manter sob controle a onda nacionalista que crescia no continente africano impulsionada, com o fim da Segunda Guerra e no ambiente da Guerra Fria. Esse temor era uma realidade desde o Estado Novo. No ano de 1960, com a subida do presidente Kennedy ao poder nos EUA, o país adotou uma política de incentivo e apoio à expansão do sentimento nacionalista em África.

Os líderes dos três principais movimentos de libertação – Holden Roberto (FNLA), Agostinho Neto – Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), Jonas Savimbi – União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA) – possuíam propostas e apoios políticos divergentes. O Acordo de Alvor dividiu o país em zonas de controle comandadas por cada um dos três movimentos, gerando instabilidade social e impossibilitando a livre circulação da população civil.¹¹ Esta última se via na obrigação de decidir por um ou outro movimento, sabendo que a afinidade com um grupo poderia significar aversão do outro. O Acordo do Alvor acabou acelerando, para muitos, a decisão de partir.

Permanecer em Angola seria entender e aceitar que o país estava dividido em áreas de influência dos três movimentos. Logo, o trânsito interno (terrestre) significava a possibilidade de enfrentamento de um ou de outro lado sem a presença das tropas portuguesas, que aos poucos foram se afastando dos seus postos. A “adesão” a um ou outro movimento de libertação passava pela localização geográfica dos mesmos e, em alguns casos, pela identificação ideológica.

Vale lembrar que o acordo do Alvor estabeleceu um governo de transição, indicado pelos portugueses, além da formação de um exército unificado e da convocação de eleições para 11 de novembro de 1975. Essa era a possibilidade de permanecer em Angola, para alguns. Outros, entenderam que a divisão de poderes entre os movimentos de libertação significava a exclusão dos colonos na participação da organização do futuro país. Se a adesão, espontânea e opcional, aos movimentos de libertação era uma proposta aberta a todos no instante das negociações do acordo, isso, posteriormente, não foi uma opção tão fácil. Essa era uma alternativa que não alcançava as mais diversas camadas da população, que se viam na obrigatoriedade de apoiar os comandos locais da região em que viviam.¹²

O aumento das tensões entre os movimentos de libertação foi obrigando a população a decidir pela adesão, ou não, a um dos três grupos. Os embates entre aqueles que disputavam o controle do país se intensificaram desde fevereiro de 1975, e as ações dos CAC's (Comitês Amílcar Cabral), que eram oriundos do movimento estudantil da Universidade de Luanda, pressionavam os líderes do MPLA a assumirem posições de defesa da classe trabalhadora. Os comitês se reuniam e faziam comícios, sempre acompanhados de muita expectativa e ameaças de represálias dos outros grupos.

Desde os primeiros meses de 1975, o clima tenso entre os grupos que lutavam pela independência disputando o poder local causava imensa instabilidade social. Luanda experimentava problemas de abastecimento para os gêneros de primeira necessidade como: água, alimentação e combustíveis.

O ambiente tenso e de disputa, além de ocorrer entre os três grupos atingiu, também, o ambiente interno dos movimentos. Um exemplo foi a disputa ocorrida dentro do MPLA, por áreas de influência. Daniel Chipenda, comandou um grupo que se denominava *Frente Leste*, e Mário Pinto de Andrade, outro grupo, a *Revolta Ativa*. As dissidências dentro do movimento não ficaram apenas

Isso dava aos estadunidenses uma maior representatividade dentro da disputa por áreas de influência. Ver mais em MENESES, Maria Paula e GOMES, Catarina, op. cit., p. 75.

¹¹ O artigo 7º do primeiro capítulo já estabelecia que os movimentos continuariam a coordenar as suas áreas de influências. “Após o cessar-fogo as Forças Armadas da F. N. L. A., do M. P. L. A. e da U. N. I. T. A. fixar-se-ão nas regiões e locais correspondentes à sua implantação actual, até que se efectivem as disposições actuais, previstas no capítulo IV do presente acordo.” ARTIGO 7, do Acordo do Alvor. Ver mais no Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra, Portugal. Disponível em <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=descon21>, acesso em 18/05/18.

¹² Cada Movimento controlava a sua área de influência e os acordos não levavam em consideração as comunidades periféricas que ficavam à mercê dos grupos que as controlavam. Um exemplo é a comunidade que residia nas periferias ou nos musseques, em Luanda. Grande parte foi simpatizante ou se identificou com o MPLA, dirigido por Agostinho Neto.

nas discussões acaloradas, mas receberam por parte da liderança do MPLA a ordem de isolamento de suas atividades. Esse ato foi um estopim para o agravamento das tensões.

Em fevereiro de 1975, um incidente entre os membros do MPLA e os dissidentes do movimento demonstrou o clima de instabilidade no grupo. O MPLA cercou as instalações dos chipendas, em Luanda, por conta de uma denúncia de que estavam recebendo armamento e reforços vindos de outros países. Ao perceberem a chegada dos militantes do MPLA, os chipendas reagiram e partiram para o enfrentamento com armas de fogo. Isso ocasionou um intenso tiroteio entre os dissidentes e os integrantes do movimento. O MPLA emitiu um comunicado reafirmando que os únicos representantes do povo angolano, segundo o acordo do Alvor, eram os três movimentos, portanto todos os outros grupos seriam ilegais. Essa seria uma das justificativas para o ataque. Ao mesmo tempo, o MPLA enviou um recado para que os outros movimentos tomassem uma posição diante dos acontecimentos. No comunicado, publicado em partes, destacou que:

Desmantelaram-se os flechas¹³, os fiéis, os leais, e outras encontram-se em processo de desmantelamento. [...] Como medida preventiva, decidiu o M.P.L.A. neutralizar essas forças ilegais, perigosas e reacionárias, realizando um cerco às suas instalações, aguardando ainda as medidas práticas do Governo de Transição. O M.P.L.A. lamenta que essas forças tenham reagido violentamente ao cerco, causando vítimas entre os combatentes das F. A.P.L.A. o que levou as nossas forças a um outro assalto às suas instalações, para efeito de desarmamento dessas forças ilegais.¹⁴

A situação em Luanda continuou se agravando e, no mês seguinte, uma patrulha portuguesa foi supostamente atacada por um grupo que se identificou como de integrantes do MPLA. Isso gerou uma retaliação por parte das tropas portuguesas, que atacaram a sede do partido, na Vila Alice, exigindo a entrega dos envolvidos.¹⁵ Segundo o major Pedro Pezarat Correa, participante da Revolução dos Cravos, esse foi mais um evento orquestrado pela FRA (Frente de Resistência Angolana).¹⁶ O grupo defendia que em Angola fosse aplicado o mesmo modelo de

¹³ “Flechas” foi um grupamento de tropas especiais, organizado por Óscar Cardoso, um inspetor da PIDE/DGS. Essas tropas seguiam as orientações da PIDE em Angola e Moçambique. Óscar Cardoso foi preso em abril de 1974 e solto em novembro. Foi para a África do Sul, mudou o nome para Eugénio Castro e ocupou o cargo de coronel da Força de Defesa da África do Sul (South African Defense Forces – SADF). Durante esse período chefiou o Batalhão Búfalo, que integrava as forças da UNITA no norte da Namíbia. Ver mais em: MENESES, Maria Paula e GOMES, Catarina, op. cit., p. 95.

¹⁴ *Vinte mortos em Luanda*, Diário de Lisboa, 14/02/1975, páginas 1 e 22. Disponível em <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06822.172.27095#!22>, acesso em 24/01/18

¹⁵ Ver mais em BOSSLET, Juliana Cordeiro de Farias. *A Cidade e a Guerra: Relações de poder e subversão em São Paulo de Assunção de Luanda (1961-1975)*, Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGH da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014, p. 225.

¹⁶ Juliana Bosslet nomeia esse grupo como “Frente de Resistência Armada”, op. Cit. p. 204. Esse era um grupo de colonos, nascidos em Angola, que Juliana Bosslet define como “racistas brancos”, citando Jean-Michel Mabeko-Tali (“A situação política em Angola”. In: *Dissidências e Poder de Estado: o MPLA perante si próprio (1962-1977)*. Trad. Manuel Ruas, v.2. Luanda: Editorial Nzila, 2001, p. 285-288). Em *Regressos? Os Retornados? na (des)colonização portuguesa*, o grupo foi apresentado como FRA (Frente de Resistência Angolana), um grupo que foi criado por Nuno Cardoso da Silva, um dos secretários de Silvério Marques. Entre os ideólogos do grupo estavam Fernando Pacheco Amorim e Francisco Roseira, que recebiam apoio do general Bettencourt Rodrigues, governador da Guiné, e do major Mariz Fernandes, membro do grupo de Spínola dentro do MFA. A intenção do grupo, que se sentia menosprezado pelo Estado Novo, era a manutenção da exploração da mão de obra barata dos povos locais, com a manutenção da dominação dos colonos. O grupo se organizou em torno de espalhar o terror, distribuindo panfletos que estimulavam a violência contra os povos locais, incitando-os a atirar contra a população nativa. Ver mais em MENESES, Maria Paula e GOMES, Catarina. “Regressos? Os Retornados? na (des)colonização portuguesa”. In: MENESES, Maria Paula e MARTINS, Bruno Sena (org.).

emancipação que estava sendo projetado para a Rodésia. Nesse projeto, a liderança do país ficaria para os colonos, enquanto a população local continuaria sob tutela. A estratégia era criar um impasse que aumentasse a tensão entre o MPLA e os portugueses. Esse evento foi mais um dentre outros que se desencadearam na zona urbana, como o ataque da FNLA contra o MPLA, ocorrido em seguida na periferia de Luanda. O embate entre o MPLA e a FNLA deixava um campo importante, aberto, para as intenções da UNITA, tanto que Jonas Savimbi optou por manter, naquele momento, uma posição de aparente neutralidade.

Os confrontos entre o MPLA e a FNLA, na periferia de Luanda, já estavam atingindo a população civil. Nos dias finais de março, noticiando um enfrentamento, o jornal informou que entre os onze mortos, dois eram civis. A luta armada acontecia especialmente em bairros como Cazenga, Sambizanga, Vila Alice e em outras áreas na periferia de Luanda. As tropas portuguesas não interferiam, pois consideravam que esses embates eram problemas dos movimentos de libertação e que a interferência poderia ferir os acordos firmados no Alvor.

Naquele contexto a imprensa lisboeta destacava os conflitos no seio da política portuguesa e a maneira como o governo português estava trabalhando para manter o país em ordem e cumprir os acordos firmados em Alvor. O jornal Diário de Lisboa, em 24 de março de 1975, destacou a decisão de não-intervenção nos conflitos entre os movimentos ocorridos em Luanda.¹⁷



Diário de Lisboa, 24/03/1975, 1ª Edição, nº 18721

Em Angola, a maioria da população de colonos viu crescer a influência do bloco socialista através do MPLA, e isso foi um fator determinante para a aproximação com a FNLA ou UNITA, que

As Guerras de Libertação e os sonhos coloniais: alianças secretas, mapas imaginados. Coimbra: Edições Almedina, 2013, p. 59-107.

¹⁷Diário de Lisboa, 24/03/1975, CasaComum.org.

Disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_4705. Acesso em 27/01/18.

possuíam um discurso alinhado à influência capitalista. Paralelamente aos enfrentamentos e disputas políticas entre os movimentos, cresciam as ondas de greves e manifestações públicas contra a presença dos colonos. Aliado a esse contexto, o início dos combates entre os movimentos, por áreas de influência, deixou o clima no país mais tenso, aumentando a instabilidade social.¹⁸

A FNLA, capitalista, buscou apoio dos colonos e mestiços, declarando que em seu projeto de governo estaria contemplada a participação de toda a sociedade angolana – brancos, pretos e mestiços – sem a participação da URSS. Esse discurso era importante para os colonos das cidades, a maioria de comerciantes e funcionários públicos – uma burguesia local – que vislumbravam, além da participação política no novo governo, a manutenção do status econômico e social do período colonial. Embora a FNLA tenha adotado um discurso anticomunista, ou declaradamente contra o MPLA, não deixou de buscar apoio em países com esse regime para manter-se em condições de enfrentamento bélico com os outros movimentos. Enquanto o MPLA conseguia uma maior adesão das camadas populares, a FNLA e a UNITA eram vistas, por parte da população, como representantes do poder ocidental e da continuação do colonialismo.¹⁹

Em Luanda, essa disputa entre os movimentos cada vez mais se agravava e, a cada confronto, aumentava o número de mortos e feridos atingindo, inclusive, as zonas habitadas pela maioria da população de origem portuguesa. Mesmo que a polícia se empenhasse, como de costume, em proteger os colonos, os embates entre os movimentos de libertação ganhavam dimensões que extrapolavam o local e reverberavam no âmbito internacional.²⁰

A situação foi agravada de tal forma que todos os noticiários radiofônicos foram suspensos e passaram a transmitir somente músicas e comunicados oficiais. Essa atitude do governo deixou a população luandina inquieta, motivando a ida às ruas para buscar notícias sobre o que estava acontecendo. A mobilização popular gerou novos transtornos, por conta da possibilidade de envolvimento de civis em confrontos entre os movimentos de libertação. O governo decretou o toque de recolher para evitar que a população circulasse pelas ruas da cidade. Isso aumentou o clima de medo e insegurança entre os colonos que, aliado a uma falta de resposta positiva para as suas reivindicações, decidiram sair de Luanda.

¹⁸ Os enfrentamentos entre o MPLA, a FNLA e a UNITA, no início de 1975, deram à cidade de Luanda um clima de guerra. Desde 1974 havia discordância de pensamentos e objetivos no MPLA, o que acabou gerando dissidências dentro do movimento: a Frente Leste, liderada por Daniel Chipenda, e a Revolta Ativa, liderada por Mário Pinto de Andrade, da ala de intelectuais angolanos. Havia, ainda, outro grupo, que se declarava fiel a Agostinho Neto: a Ala Presidencial.

¹⁹ O MPLA conseguiu a adesão de grupos políticos compostos por colonos e grande parte dos seus quadros era formadas por intelectuais brancos e mestiços.

²⁰ Para ver mais sobre os relacionamentos entre a população nativa de africanos e colonos europeus e como o sistema se ocupava em dar proteção aos brancos nas periferias de Luanda, ver BOSSLET, Juliana Cordeiro de Farias. “Desigualdades e tensões raciais”. In: *A Cidade e a Guerra: Relações de poder e subversão em São Paulo de Assunção de Luanda (1961-1975)*, op. cit., p. 150-160.

O comunicado enfatizou que os episódios em Angola eram consequências dos eventos de 11 de março em Portugal, quando um grupo de militares, comandados pelo general Spínola, tentou um golpe contra o comando do MFA. De acordo com o MPLA, essas ações seriam uma tentativa de implantar um novo colonialismo em Angola e impedir que o movimento emancipacionista seguisse o seu fluxo, de forma que tanto Angola quanto Portugal estavam sendo ameaçados pelo imperialismo.²¹

Os discursos, contra o que chamavam de *novo colonialismo*, as acusações de apoio ao imperialismo ocidental e a defesa de uma Angola livre foram vetores que impulsionaram os embates entre os movimentos que lutavam pelo poder em Angola. Embora o acordo do Alvor tivesse estabelecido um governo de transição, naquele momento as circunstâncias sociais indicavam que não haveria condições para que ele fosse cumprido, principalmente no tocante a um governo que deveria se estabelecer a partir de acordos entre os três grupos.

O mês de março, como apresentado no artigo do jornal, viu crescer a tensão entre os movimentos de independência e a violência dos combates, que eram alimentados pela grande quantidade de armas que entravam no país. Mesmo que os movimentos assinassem compromissos para que os combates não impedissem o cumprimento do Acordo, na prática estava cada vez mais difícil a possibilidade de um ajuste.

A tensão também era alimentada pelas manchetes dos órgãos de imprensa. A FNLA acusava o governo português de apoiar o MPLA alertando que as tropas portuguesas representavam o fascismo e a Guerra Colonial, para tanto a imprensa, segundo o grupo, trabalhava a serviço do imperialismo. Para o informativo da FNLA, *Liberdade e Terra*, a solução para resolver a questão passava, também, pela expulsão dos jornalistas, apontados como os motivadores dos transtornos.²² Do outro lado, com o agravamento da tensão, Agostinho Neto foi até Lisboa reivindicar que fosse dispensado ao MPLA o mesmo apoio que as tropas portuguesas estavam destinando aos outros dois movimentos. Em resposta, Portugal não só se comprometeu a dar suporte, como também iniciou um processo de autonomia financeira para Angola. Tudo isso, aparentemente, era mais uma ação que visava a independência que estava se aproximando.²³

No jornal Diário de Lisboa, de 03 de junho de 1975, uma das notícias da primeira página informava que Lúcio Lara, um dos líderes do MPLA, estava em Pequim, onde recebera apoio de Ho-Ying, vice-ministro de negócios estrangeiros. Segundo o jornal, mesmo firmando acordo de cooperação com a delegação do MPLA, os chineses continuaram a fornecer instrutores e armas à FNLA. Esse jogo, mais econômico que ideológico, que envolvia apoios internacionais, foi um suporte que fez diferença, pois alimentava, com armas e munições, os confrontos entre os movimentos.

²¹ A manchete de primeira página anunciava a ameaça de uma Guerra Civil em Angola. Ao lado da manchete, fotografia de mensagens da FNLA sobre as suas ações, um recado aos militantes e simpatizantes do MPLA. Frases como “Holden o Papá dos chefes revolucionários,” “Todo grande revolucionário está com a FNLA. Holden o Cristo do século.” Essas mensagens, pintadas nas paredes, além de fazerem uma defesa do movimento liderado por Holden, também intimidavam a população civil quanto aos rumos que os embates estavam tomando. Diário de Lisboa 27/03/1975, CasaComum.org. Disponível http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_4285, acesso em 28/01/18, p. 1 e 20.

²² *A FNLA acusa as forças armadas*, Diário de Lisboa, n. 18728, 1/04/1975, CasaComum.org. Disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_4311, p. 20. Acesso em 29/01/2018.

²³ Vale destacar que a situação em Angola não afetaria somente a economia em Portugal, mas também de inúmeras empresas que lá se instalaram, muitas delas após o início da guerra colonial. Essa suposta autonomia econômica passava pelos interesses de grandes empresas para a continuação de uma política de exploração capitalista.

A UNITA, por sua vez, não possuía muita aceitação entre a população que habitava as periferias das cidades, muito por conta da afinidade com os colonos.²⁴ Essa postura reforçava o clima de rejeição no meio da população periférica, inclusive por conta da sua colaboração com as tropas portuguesas durante a luta de libertação.

O ambiente, cada vez mais tenso, fazia com que os colonos experimentassem um sentimento de insegurança. Se, em anos anteriores, ser colono representava ter privilégios, nesse novo momento poderia significar a morte ou a condição necessária para regressar. Era preciso perceber, e rapidamente, que o controle local, em Angola, não estava mais nas mãos do governo português, e que isso traria mudanças sociais e a perda do status hierárquico desfrutados por muitos anos.

O ambiente tenso, e em transformação, foi um impulso para que muitos colonos decidissem pela saída de Angola e optassem por rumar para os mais diferentes destinos: Portugal, Austrália, Brasil, Canadá, África do Sul, entre outros. O objetivo, segundo declaram, era regressar assim que os embates entre os movimentos de libertação terminassem. Os que se dirigiam à África do Sul encontravam um regime de minoria branca, possivelmente parecido com o que sonhavam para Angola.

Saiam em navios, automóveis ou aviões. Entretanto, para aqueles que decidiam por seguir para Portugal havia a necessidade de apresentar um comprovante de identificação com a condição de colono e o vínculo com Portugal: a “guia de desembarço”. Esse documento dava ao seu portador a certeza de que, em solo português, receberia o apoio do governo devido à verificação da condição de colono a serviço de Portugal.²⁵ A reivindicação de vínculos com Portugal, naquele momento, foi fundamental para definir os rumos, uma vez que era preciso decidir sobre a permanência em Angola e a adoção da cidadania angolana ou seguir para Portugal e manter a condição de cidadão que regressava à Pátria.

A maioria dos colonos que deixaram Angola afirma que o sentimento de abandono foi uma generalidade no grupo. Essa sensação, de alguma forma, contribuiu para a construção de uma versão negativa da Revolução dos Cravos, frequentemente associada às ideias de covardia, traição e motivo da mudança para Portugal.²⁶

²⁴ Segundo Isabel Barreto, a UNITA possuía apoio dos colonos, e ainda apoiou as tropas portuguesas “durante as guerras de libertação”. Ver mais em BARRETO, Isabel de Sousa Lima Junqueira. *Migrantes da Descolonização: Portugueses e Luso-Angolanos no Brasil (1974-1977)*. Tese de Doutorado apresentada ao PPGH da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

²⁵ O Guia de desembarço foi um documento emitido pelo governo colonial que informava à MetrÓpole que o portador possuía vínculos com Portugal e que, portanto, estava apto para receber apoio do governo, através do IARN. Ver mais GARCIA, Rita, *SOS Angola: os dias da ponte aérea*. 2.ed. Alfragide / Portugal: Oficina do Livro, 2011, p. 18.

²⁶ Alguns permaneceram em Angola, mesmo após a independência e início da Guerra Civil. Luísa Palma, que foi para Angola aos dois meses de idade, conta em seu depoimento que o avô já estava em Angola e que o pai só foi ao Porto para se casar. Depois, retornou à Luanda para cuidar dos negócios da família, uma fábrica de sabão e alguns terrenos. O pai, mais tarde, veio a ser presidente da Associação Comercial de Luanda e dirigente do Futebol Clube de Luanda (uma sucursal do Futebol Clube do Porto). Ela, aos 22 anos, casou-se com Mário Palma e só conheceu Portugal em 02 de abril de 1974. Ela estava no Porto quando soube, pela televisão, do 25 de Abril. Embora planejasse ficar em Portugal por mais dois meses, com o ocorrido resolveu regressar a Luanda imediatamente, deixando os filhos em Portugal com os avós. Assim, em 30 de abril retornou para Luanda, onde permaneceu até 1987. Declara que: “*Enquanto lá estivemos assistimos ao desenrolar dos acontecimentos. Tudo foi se deteriorando e a vida tornou-se mais complicada. Além disso, os meus filhos estavam em Lisboa e não tinham hipótese de vir ter conosco. Acabámos por decidir ir para Portugal*. Informou, ainda, que os amigos também foram voltando e se espalhando por Portugal e pelo mundo. Depoimento concedido à Rita Penedos. Ver mais em: RODRIGUES, Ricardo J., DUARTE, PENEDOS, Rita, LIMA, Suzana, *África Eterna: testemunhos de um tempo que não se esquece*, Oficina do Livro, Alfragide, 2013, p. 93.

Dentre aqueles que saíram de Angola com destino a Lisboa, uma grande parte havia nascido em Portugal, outros haviam nascido em terras angolanas. A mudança para Angola, a princípio, se deu por conta da transferência para realização de algum trabalho a serviço do Estado ou, depois de 1950, como fruto da estratégia do governo para efetivar a ocupação com naturais da metrópole. O momento da saída foi muito tenso, não só por conta dos enfrentamentos entre os movimentos de libertação, mas também, em alguns casos, por causa dos vínculos construídos em torno das ideias de nascimento, família, prosperidade e trabalho. Na hora da saída uma grande parte optou por seguir para a África do Sul na intenção de retornar a Luanda, assim que os transtornos causados pelas disputas entre os movimentos de libertação fossem controlados.

Aqueles que seguiram para Portugal, a maior parte, regressaram para as cidades onde possuíam vínculos de nascimento ou familiares. Vale destacar, que a maioria daqueles que saíram de Luanda chegou a Angola nas décadas de 1950 e 1960, quando o Estado português investiu no aumento do número de colonos para manter a ocupação do espaço. Portanto, Portugal não era uma terra tão estranha como declaram em muitos discursos. Na chegada a Portugal contavam com a ajuda de familiares ou com o auxílio do governo, que através do Instituto de Apoio ao Retorno dos Nacionais (IARN) concedeu empréstimos e alocou uma grande parte em alojamentos ou hotéis locais.

Outra questão que se apresentava dava contas que, com a saída de colonos, Angola enfrentaria um grave problema para a manutenção de serviços, especialmente aqueles cargos que eram ocupados majoritariamente por colonos. Esse problema levou a União Nacional de Trabalhadores de Angola (UNTA) a organizar uma manifestação que contava com o apoio de intelectuais, estudantes e, segundo destacou o jornal, “todas as camadas da população que defendem a independência nacional e uma via socialista para Angola.”²⁷ Os manifestantes seguiram até o Palácio do Governo onde entregaram um documento, em nome de todos os trabalhadores de Angola, denunciando os *massacres contra as massas trabalhadoras*, exigindo a saída do Alto-Comissário e da P.I.D.E./D.G.S. Além disso, denunciavam, “a sabotagem econômica através da fuga de técnicos.”²⁸

É interessante a denúncia sobre a saída de trabalhadores qualificados em um momento primordial para a organização do novo país. O pedido do afastamento do Alto-Comissário era devido à suposta influência que estava exercendo na saída desses trabalhadores, o que deixaria o novo país em circunstâncias muito delicadas.

No mês de maio de 1975, o número de pessoas que buscavam enviar seus bens para Portugal estava aumentando consideravelmente. Embora o Alto-Comissário Rosa Coutinho, ao chegar em Angola no ano de 1974, tivesse ordenado que os civis entregassem as suas armas, muitos colonos permaneceram com as suas, ainda que clandestinamente. Para parte desses colonos, estar desarmado indicava sinal de vulnerabilidade em função da situação em que Luanda se encontrava. Entretanto, vale destacar que mesmo que os confrontos entre FNLA, MPLA e UNITA atingissem, de alguma maneira, os colonos, esses não eram lhes eram direcionados, embora isso não afastasse a sensação de insegurança.²⁹

Com a intensificação dos combates e a aproximação da data marcada para a independência, a ideia de abandonar Angola foi se avolumando. As tropas portuguesas, que

²⁷ *Trabalhadores de Angola exigem a destituição do Alto-Comissário*, 23 de maio de 1975, p. 1. In Diário de Lisboa, n. 18771, 23/05/1975, CasaComum.org. Disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_4318, acesso em 18/01/18.

²⁸ Idem

²⁹ As etnias que disputavam o controle em Angola eram: bacongós (FNLA), quimbundos (MPLA) e ovimbundos (UNITA).

garantiam a segurança, seriam enviadas de volta a Portugal, aumentando o clima de insegurança e apressando a saída de grandes contingentes de colonos.

Além da saída das tropas portuguesas, outro problema para aqueles que começaram a transitar em caravanas de umas cidades para outras ou em direção à fronteira com a Namíbia, a passagem pelos pontos de bloqueio dos movimentos de libertação representava outro momento de tensão. Quando um grupo decidia seguir para a África do Sul, por exemplo, para transitar sem maiores problemas era necessário ter cartões que o identificassem com o movimento que controlava a estrada ou determinado trajeto. Com isso, alguns colonos começaram a andar com cartões de identificação dos três movimentos – MPLA – FNLA – UNITA – e, à medida que encontravam respectivos bloqueios, mostravam o cartão correspondente.

Outro ponto era sobre a chegada a um aeroporto, pois isso não representava a certeza de uma viagem a Lisboa. Era preciso aguardar em longas filas e, por conta disso, o aeroporto de Luanda já não dava conta do número de passageiros que buscavam sair de Angola. Portanto, a população que pretendia retirar-se foi direcionada, também, para os aeroportos de Nova Lisboa e Sá da Bandeira.³⁰

As cidades de Luanda, Nova Lisboa e Sá da Bandeira receberam pessoas que chegavam de todas as partes, trazendo em suas bagagens somente o mais necessário para o momento, pois o espaço nas aeronaves era restrito aos passageiros. Chegavam de Gabela, Malanje, Caconda e de outras partes de Angola. As maiores dificuldades eram a falta de alojamentos, a falta de alimentos, a escassez de combustíveis para a frota de carros que aumentava diariamente, além da falta de água. As cidades que possuíam aeroporto ou que eram próximas a eles ficaram superlotadas e sem estrutura para atender às demandas da população crescia a cada dia. Em alguns casos, era preciso percorrer longas distâncias para se chegar a um mercado, sem a garantia de que se conseguiria algum produto, pois o clima de guerra limitava a circulação civil, impedindo o abastecimento do comércio.

Lisboa começava a sentir as consequências dos embates em Angola. Crescia o número de pessoas que chegavam a Portugal fugindo de uma guerra que já estava afetando a população civil. Os combates não paravam nem mesmo com o anúncio de uma conferência – Cimeira – entre os grupos que disputavam o poder em Angola. Mesmo que o acordo soasse como uma aparente solução, não se via disposição, de nenhuma parte, para retroceder ou diminuir as ações. As notícias davam conta das dificuldades nas negociações para o *cessar fogo*. Aparentemente, o anúncio de reuniões só possuía a função de amenizar a tensão para a opinião pública, sempre atenta aos acontecimentos.³¹

O clima de medo aumentava a cada notícia de novos confrontos. Na madrugada do dia 28 de maio, um enfrentamento entre o MPLA e a FNLA, próximo à região de Caxito, com uso de armas de fogo e até de granadas, aumentou o pânico entre a população. O tiroteio, que começou na madrugada, foi até a manhã do dia seguinte, só controlado quando forças do MPLA conseguiram expulsar os guerrilheiros do ELNA (Exército de Libertação Nacional de Angola), grupo ligado à FNLA. Para fugir da linha de confronto, a população civil buscou abrigo nos quartéis portugueses. Quando a situação foi controlada, os feridos seguiram para Luanda. Além dos feridos, grande parte da população também rumou para a capital, à espera de uma decisão do governo.

³⁰ Sobre a saída dos colonos de Angola, ver mais em PIMENTA, Fernando Tavares, *Causas do Êxodo das Minorias Brancas da África Portuguesa: Angola e Moçambique (1974/1975)*, Revista Portuguesa de História, nº. 48, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017, p. 99-124

³¹ Entre os que observavam de perto a situação de Angola estava o presidente do Zaire (Atual República Democrática do Congo), Mobutu Sese Seko. O presidente do Zaire era um aliado dos países capitalistas no período da Guerra Fria, portanto um ponto de apoio importante para os interesses capitalistas.

No final de maio de 75 um grupo de colonos, dentre aqueles que chegaram a Luanda fugindo da guerra, juntamente com moradores da cidade, se concentraram em frente ao Palácio do Governo exigindo providências contra os confrontos armados entre os movimentos de libertação. A manifestação durou todo o dia e o ponto alto foi quando os manifestantes começaram a fazer declarações contra o MPLA, aumentando a tensão na cidade. O agravamento da situação impulsionou a saída do território angolano, e a metrópole, naquele momento, parecia o caminho mais plausível. Segundo o jornal, muitos *desalojados* pretendiam voltar para Portugal e isso fez com que o movimento no aeroporto continuasse intenso. O periódico observava que a situação estava cada vez mais tensa e os colonos que estavam saindo de Luanda também tinham como principais destinos o Brasil e a África do Sul.³²

Os crescentes confrontos nas mais variadas regiões, como Dembos, Malanje e Golungo, foram motivadores para que os colonos continuassem em marcha para Luanda e para outros locais, próximos a aeroportos, para em seguida partir para Lisboa. A corrida para reservar passagens aumentava por conta da chegada de colonos vindos de diversas partes do país. Esse trânsito de colonos, além de um problema social, gerava uma preocupação econômica para as autoridades portuguesas. A saída para os mais diferentes destinos afetaria substancialmente a economia, pois Portugal era o destino de grande parte das reservas monetárias daqueles que viviam em Angola.

O problema econômico não era motivado somente pelo avanço da independência de Angola. Portugal ainda estava vivendo as consequências da Guerra Colonial, período em que abriu três diferentes frentes de combate, se esforçando para manter os territórios da Guiné-Bissau, Moçambique e Angola. Isso obrigou o país a fazer grandes investimentos e a deslocar um contingente de combatentes significativo para o território africano, além de precisar fazer acordos com outros países para suprimentos e ajuda militar.³³

Em Portugal, as mudanças advindas após o evento de abril de 1974 eram foco de profundos embates sociais. A imprensa anunciava a crise político-militar por conta da disputa pela liderança do país. Em Angola a situação estava cada vez mais tensa devido à influência internacional no conflito através de suportes aos movimentos de independência. Como consequência dessa interferência, no dia 09 de agosto a África do Sul invadiu Angola, em apoio à UNITA. Anteriormente, em julho, o Zaire, apoiando a FNLA, também havia invadido o país.

A alegação inicial da África do Sul era que cumpria uma missão, com conhecimento do governo português, para proteger a estação de tratamento de água de Calueque, junto à fronteira da Namíbia. Um artigo publicado no Diário de Lisboa em setembro de 1975 descreveu um documento, enviado aos portugueses pelos sul africanos, declarando a “satisfação pela decisão de Portugal em ‘chamar para si’ a proteção daquele centro.” Para o autor do artigo a presença da África do Sul era um dos elementos que impedia a solução da crise em Portugal.³⁴ O artigo informou, ainda, que aquela era a primeira vez que a África do Sul admitia a movimentação de suas tropas em Angola.

³² *Agravamento da situação em Angola: Exército português ameaça intervir.* Diário de Lisboa 30/05/1975. CasaComum.org. Disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_4719_p_1_e_4. Acesso em 02/02/18.

³³ Desde o Estado Novo, quando a Guerra Colonial iniciou, até o período em que Portugal estava sob comando do MFA, após o 25 de Abril, os territórios ocupados fora do continente europeu geraram a sensação de perda iminente, por conta dos grandes lucros que proporcionavam a Portugal. Ver mais em BITTENCOURT, Marcelo. “O falar das armas”. *Estamos juntos! O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*. Tese de doutorado apresentada ao PPGH da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002, p. 297-301.

³⁴ *Angola: interferência estrangeira impede solução para a crise*, Diário de Lisboa, 06/09/1975, p. 20. Entretanto, o autor chamou a atenção para a denúncia feita pelo secretário Geral Adjunto da Organização de Unidade Africana, o embaixador Djoudi, sobre a interferência de um país ocidental que estava interferindo na questão entre os três movimentos, fornecendo armas para um dos grupos. Segundo o autor do artigo, “O embaixador não mencionou o nome da potência ocidental que interfere na questão angolana, definindo-o apenas ‘como um país situado ao norte de

A crise entre o Conselho da Revolução e outros líderes deixava clara a instabilidade na sociedade lusa. Se, em Portugal, o êxodo das colônias não chegava ao noticiário, em Angola esse era um problema crescente. Os colonos exigiam que o governo apresentasse soluções para a situação em que viviam. Vale destacar que o número de colonos correspondia, aproximadamente, a 5% da população total de Angola. Muitos deles vislumbraram a possibilidade de permanência após a independência, com base nas propostas apresentadas pelo general Spínola, que diferia do projeto defendido pela revolução portuguesa de abril de 1974.

A proposta do general incluía, além do encerramento dos embates entre os três movimentos – MPLA, UNITA e FNLA – uma aliança política que contemplasse “todos os movimentos de libertação, em paralelo com os agrupamentos étnicos mais expressivos do Estado de Angola, incluindo a “etnia branca.”³⁵ O plano não foi aceito e, com a crescente retirada do Estado português de Luanda, as tensões foram aumentando de maneira gradativa. Assim, a saída de Angola parecia a palavra de ordem para os colonos naquele momento.

A imprensa angolana comentou as manifestações dos colonos e a pressa que expressavam para sair de Angola. Segundo Fernando Tavares Pimenta, o jornal *A Província de Angola*, de 02 de agosto de 1975, declarou que o êxodo se dava por conta dos embates e pela falta de segurança que os colonos sentiam. Entretanto, vale observar que o trecho destacado pelo autor fez uma espécie de defesa do grupo. Usando expressões que são comuns ao vocabulário dos *retornados*, faz referência à sensação de medo e abandono. Aborda o processo de independência enfatizando a *não participação* como uma imposição dos movimentos. Além disso, defendeu a ideia de que não havia uma alternativa que não fosse a saída, especialmente por conta da violência da qual os colonos passaram a ser alvo.³⁶

Com a aproximação da independência e, especialmente das eleições para a Assembleia Constituinte de Angola, cuja realização estava prevista no Acordo de Alvor para outubro de 1975, as disputas ficaram mais acirradas. Os muros das cidades estampavam referências aos grupos que

Portugal, com interesses directos na República da África do Sul e que vota sempre por ela nas instâncias internacionais.’ Essa fala, apresentada numa conferência em Lisboa, alertava para a denúncia do MPLA sobre a interferência internacional em Angola e coincidia com a chegada do novo Alto-Comissário, da República Portuguesa em Angola, o almirante Leonel Cardoso. disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06823.173.27334#!20> – Acesso em 25/06/2018.

³⁵ O plano apresentado em 09 de agosto de 1974, previa um governo provisório que convocaria eleições para uma Assembleia Constituinte. Segundo o plano, todas as ações contariam com a observação de enviados especiais da ONU, garantindo a participação dos colonos no processo. Entretanto o plano de Spínola foi rejeitado pelo MPLA e pela FNLA. Somente a UNITA apoiou o plano do general. Ver mais em PIMENTA, Fernando Tavares, *Causas do Êxodo das Minorias Brancas da África Portuguesa: Angola e Moçambique (1974/1975)*, Revista Portuguesa de História, Coimbra, 2017, p. 117.

³⁶ *Op. Cit.* p. 122. Pimenta destacou um trecho, atribuindo ao jornal *A Província de Angola* uma espécie de defesa dos colonos. Destacou que: “*Simultaneamente, a minoria branca passou a ser objeto de vexações, de violências e mesmo de ataques por parte de grupos armados. Portanto, os brancos, que tinham sido impedidos de participar através dos seus próprios representantes no processo de independência, eram agora “constrangidos pelas circunstâncias” a abandonar o país. A violência dos combates acelerou a fuga maciça da população branca.*” Pimenta apresenta o jornal *Província de Angola* como um defensor do ponto de vista dos colonos. Vale destacar que Ruy Correia de Freitas, diretor do Jornal, era um colono que, além das atividades jornalísticas, atuou na Força Aérea Voluntária, FAV 201, subunidade da Base Aérea n.º 9, onde tinha o posto de tenente piloto-aviador. Foi também piloto de automóveis com 32 prêmios. Quando saiu de Angola, foi para o Brasil, onde permaneceu cerca de três anos. Depois seguiu para o Algarve, em Portugal, em 1982, onde fundou um laboratório fotográfico. Ruy de Freitas foi o primeiro diretor do *Jornal de Angola*, que substituiu *A Província de Angola*. Em entrevista a Leonor Figueiredo no Diário de Notícias, em 30/08/2008, declarou que o jornal encerrou as suas atividades em 30/06/1975. Na entrevista, Freitas afirmou que foi obrigado a fugir de Luanda em 1975. “Fui forçado a fugir de Angola. Não houve tempo para trazer muita coisa. O Rosa Coutinho quis prender-me. O MPLA e a tropa portuguesa queriam prender-me.” Disponível em: <https://leonorfigueiredo.files.wordpress.com/2012/09/ruy-correia-de-freitas-1.pdf> - acesso em 04/07/2018

disputavam o poder, não só o MPLA, a FNLA e a UNITA, mas também movimentos de colonos como Partido Democrata Cristão de Angola (PCDA), a Frente de Unidade Angolana (FUA) e a Frente de Resistência Angolana (FRA).³⁷

Os movimentos, apesar dos embates constantes, também buscavam atrair a população através de ações que tivessem resultado direto com o povo.³⁸ No que dizia respeito aos colonos de Angola, em geral não havia identificação com os principais movimentos. O ambiente não era seguro o suficiente e Angola, para grande parte deles, não era a terra natal e sim a terra da prosperidade, dos sonhos, da juventude. Logo, a opção de deixar Angola foi amadurecida e uma das principais decisões passava pela escolha do destino. Como já foi dito, muitos optaram por países vizinhos como a África do Sul e a Rodésia, onde vigoravam regimes de minoria branca com os quais se identificavam. Outros buscaram recomeço em outros países do continente europeu. Alguns seguiram para o continente americano e recomeçaram as suas histórias no Canadá, nos Estados Unidos, na Venezuela ou no Brasil. Outra parte seguiu para a Índia e o Paquistão. Mas a maior parte decidiu regressar para o ponto de partida, Portugal.

Em 25 de junho de 1975, Moçambique anunciou ao mundo, diante de uma grande quantidade de delegações, que era um país independente. Nesse dia Agostinho Neto, acompanhado por Nito Alves e Lopo do Nascimento,³⁹ foi recebido com honras de chefe de Estado e com salvas de tiros.⁴⁰ Isso dava a tônica da representação do líder do MPLA fora de Angola. Comentando o acontecimento, o Diário de Lisboa afirmou que muitos daqueles que aclamavam o novo presidente, Samora Machel, não eram pessoas que possuíam a sua origem em solo moçambicano, mas colonos que queriam continuar vivendo em Moçambique. Tal comentário contrastava com a situação de Angola, onde os colonos implementavam uma saída em massa.

Para Angola, a saída apressada dos colonos, naquele momento, representava um problema social ligado às questões de trabalho, já que os quadros técnicos e de formação universitária eram historicamente ocupados por europeus, e as empresas e serviços também estavam em suas mãos. Para os colonos eram asseguradas as melhores condições de trabalho, os melhores cargos e os melhores salários. Nas mãos da população oriunda de Portugal estavam os serviços bancários, administrativos, entre outros que pudessem dar uma condição social diferenciada. Assim, ao optarem pela saída de Angola, deixavam o país sem quadros administrativos importantes para a estrutura do país.

Esse quadro foi mais latente, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, quando as autoridades portuguesas investiram no aumento da população das colônias, destinando para esses uma rede de trabalho, a maioria administrativa, de forma a assegurar o controle estrutural de Angola. A partir daí, ocupações que antes eram destinadas aos povos locais e seus descendentes passaram a ser disputadas pelos colonos pobres que chegavam. A disputa entre os recém-chegados e povos locais acabou acentuando o sentimento descrito como “racismo anti-branco.”⁴¹ Esse

³⁷ Essas manifestações através de frases de efeito eram uma forma de mostrar a força dos movimentos. Além disso, demonstravam a intensa disputa pelo poder local. Ver mais em: BOSSLET, op. cit., p. 219.

³⁸ Os grupos realizavam ações como palestras populares para conscientizar a população (MPLA); construções de escolas e hospitais (FNLA). O MPLA recebeu o apoio dos trabalhadores da OTA (Organização dos Trabalhadores Angolanos) e a FNLA começou a trazer refugiados que estavam no Zaire. Ver mais em BARRETO, op. cit., p. 65.

³⁹ Primeiro-Ministro do governo de transição de Angola.

⁴⁰ CARDOSO, Ribeiro e REBELO, Eduardo. *Uma viragem na história: Moçambique independente à meia noite. Diário de Lisboa*, 24/06/1975. CasaComum.org. Disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_4377. Acesso em 03/02/18.

⁴¹ FILHO, Silvio de Almeida Carvalho. “As relações étnicas em Angola: as minorias branca e mestiça (1961-1992)”. *Studia Angolana* Programa do Tempo Presente (TEMPO) - UFRJ; Programa de Estudos e Debates dos Povos Africanos e Afro-Americanos (PROAFRO) -UERJ, 2007.

sentimento favoreceu o aumento das investidas contra os colonos em Angola, que estavam amedrontados diante do agravamento da tensão entre os movimentos de libertação.

Se o acordo do Alvor não foi suficiente para conter os conflitos entre os movimentos, a situação ficou mais tensa com a sua suspensão, em 22 de agosto de 1975.⁴² A alegação do governo português, ao suspender o Acordo, era de que os três movimentos estavam agindo como se o mesmo não existisse. O documento que suspendeu o acordo declarava que a situação em Angola era de “causar maiores apreensões”.⁴³ Com o novo decreto saiu de cena o Acordo do Alvor mas permaneceu a figura do Alto Comissário, que passaria a “dirigir, coordenar e orientar a ação executiva dos Ministérios e superintender no conjunto da administração pública.”⁴⁴ Além dessas funções, o Alto Comissário também poderia elaborar decretos-leis e até mesmo declarar estado de sítio em parte do território angolano.⁴⁵

Em 11 de novembro de 1975 o Alto-Comissário de Angola, almirante Leonel Cardoso, sem a presença do povo e diante de jornalistas proclamou a independência de Angola em nome do presidente da República de Portugal. Essa declaração tirava o protagonismo do MPLA e dos outros movimentos na luta contra o colonialismo e o transferia para o governo português.

Entretanto, ao pegar a palavra o líder do MPLA, Agostinho Neto, ignorou as declarações anteriores e proclamou a independência de Angola, diante do continente africano e diante do mundo. Essa declaração foi um marco importante, especialmente por conta do apelo internacional e deu ao líder do MPLA a alcunha de chefe nacional.

Vale destacar que Luanda estava sob domínio dos militantes do MPLA, especialmente por conta do apoio da população urbana e mestiça. No mesmo dia os outros movimentos – FNLA e UNITA – também declararam a independência de Angola, no Ambriz e no Huambo,⁴⁶ respectivamente, com o apoio da África do Sul e dos Estados Unidos da América. Entretanto o MPLA, que possuía o apoio militar de Cuba e da União Soviética, conseguiu enfraquecer paulatinamente o poder paralelo dos outros movimentos. Apesar disso, continuaram existindo projetos divergentes quanto aos rumos que tomaria o jovem país, demonstrando a profunda divisão entre os grupos que disputavam o controle da nação.

A conquista da independência, em 11 de novembro de 1975, no contexto da Guerra Fria, atraiu para Angola outros países, que buscavam delimitar as suas áreas de influência. Assim, as disputas internas eram alimentadas por países, que ambicionavam algum tipo de acesso às reservas naturais angolanas. Logo, “auxiliar” o novo país através do apoio aos grupos que disputavam o poder poderia gerar um significativo retorno econômico, principalmente por causa das reservas de petróleo e minas de diamantes.⁴⁷

Os embates entre os grupos que disputavam o poder deixaram a população civil no meio de um conflito pelo controle das riquezas do país e, conseqüentemente, à mercê de sequestros,

⁴² O Acordo do Alvor foi suspenso em 22 de agosto de 1975, pelo Decreto-Lei 458-A/75

⁴³ Decreto-Lei 458-A/75 – 6ª linha.

⁴⁴ Decreto-Lei 458-A/75 – Artigo 2º, alíneas a, b, e c.

⁴⁵ Vale lembrar que a população branca não ficou alheia aos acontecimentos. Em outubro de 1975 a Frente de Resistência Angolana (FRA) tentou um golpe em Luanda, mas a tentativa foi frustrada pelo Movimento das Forças Armadas, grupo de militares portugueses.

⁴⁶ Ambriz, município do Bengo cuja maioria da população é bacongô. Huambo (Antiga Nova Lisboa) é a segunda maior cidade de Angola, cuja maioria da população é ovimbundu.

⁴⁷ Os recursos que outros países injetavam em Angola, alimentavam a guerra civil e deixavam, cada vez mais longe, a possibilidade de um entendimento que levasse à paz. A participação de potências estrangeiras na guerra civil em Angola durou até o final da Guerra Fria em 1990. Os principais países que, de alguma forma, acirraram as disputas foram: União Soviética, Cuba, Estados Unidos e África do Sul.

roubos e saques para sustentar uma guerra que já estava distante do objetivo inicial. O ambiente de guerra deixou a população colona diante de duas opções principais: permanecer no país e fazer parte do processo de independência com todas as suas implicações ou sair e regressar ao ponto de partida.

Referência Bibliográfica

BARRETO, Isabel de Sousa Lima Junqueira. *Migrantes da Descolonização: Portugueses e Luso-Angolanos no Brasil (1974-1977)*. Tese de Doutorado apresentada ao PPGH da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

BITTENCOURT, Marcelo. “O falar das armas”. *Estamos juntos! O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*. Tese de doutorado apresentada ao PPGH da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

BOSSLET, Juliana Cordeiro de Farias. *A Cidade e a Guerra: Relações de poder e subversão em São Paulo de Assunção de Luanda (1961-1975)*, Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGH da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

FILHO, Silvio de Almeida Carvalho. “As relações étnicas em Angola: as minorias branca e mestiça (1961-1992)”. *Studia Angolana* Programa do Tempo Presente (TEMPO) - UFRJ; Programa de Estudos e Debates dos Povos Africanos e Afro-Americanos (PROAFRO) -UERJ, 2007.

GARCIA, Rita, *SOS Angola: os dias da ponte aérea*. 2.ed. Alfragide / Portugal: Oficina do Livro, 2011.

MENESES, Maria Paula e GOMES, Catarina. Regressos? Os retornados na (des) colonização portuguesa. In: MENESES, Maria Paula e MARTINS, Bruno Sena, *As Guerras de Libertação e os Sonhos Coloniais: alianças secretas, mapas imaginados*, Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado – Universidade de Coimbra, Edições Almedina, 2013.

PIMENTA, Fernando Tavares, *Causas do Êxodo das Minorias Brancas da África Portuguesa: Angola e Moçambique (1974/1975)*, Revista Portuguesa de História, nº. 48, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.

RODRIGUES, Ricardo J., DUARTE, PENEDOS, Rita, LIMA, Suzana, *África Eterna: testemunhos de um tempo que não se esquece*, Oficina do Livro, Alfragide, 2013.

Artigo recebido para publicação em: Agosto de 2019.

Aprovado para publicação em: Outubro de 2019.